

Parecer nº 97/99

Data: 1999.06.16

Processo nº 622

Requerente: Director do Centro de Saúde de Nisa.

I - Os factos

1. O Advogado Jorge Gueifão requereu ao Director de Saúde de Nisa o envio para o seu escritório profissional de cópia do relatório médico de seu cliente, Fernando Manuel Martins. Este esteve hospitalizado e foi eventualmente tratado ambulatoriamente, após alta, no Centro, em virtude de acidente, com danos por que a companhia de Seguros, eventualmente, responsável não assumiu. Pretende a informação clínica, que discrimina no requerimento ao Centro de saúde, constante naturalmente do relatório clínico, para agir judicialmente em defesa dos interesses do seu representado.
2. O requerente invoca sem demonstrar a qualidade de representante do sinistrado, pelo que é impossível verificar a existência e o âmbito da Procuração, eventualmente de natureza forense, com o conteúdo padronizado habitualmente passada aos Advogados.

II - O Direito

1. O acesso do próprio ao seu dossier clínico é um direito reconhecido na Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), que apenas obriga à intermediação de um médico, regra cuja razão de ser se prende com a gestão médica de internamento do doente.
2. No caso em apreço não é o próprio a requerer o acesso, mas um advogado, que invoca a qualidade de seu procurador, o que, a ser verdade, o coloca, para todos os efeitos legais, na posição jurídica que cabe ao sinistrado, introduzindo um

processo de gestão, não de interesses especificamente médicos de doente, mas de interesses financeiros seus, a defender indirectamente por um técnico de direito, o que retira a razão de ser da exigência de intermediação.

Isto é, o advogado, se tiver procuração, não agindo como terceiro, mas na posição jurídica que compete ao próprio, não sendo o próprio, nem estando em causa o acesso para efeitos clínicos, pode aceder ao dossier directamente, sem qualquer intermediação médica.

3. Dito isto, a questão pendente é a seguinte:

O advogado deve demonstrar que tem procuração suficiente para aceder à informação em causa, devendo entender-se como suficiente uma normal procuração forense geral, uma vez que, no seu âmbito, deve entender-se integrado todo o conjunto de poderes instrumentais de investigação e acesso à informação, concretizadora da petição e da prova, no fundo poderes viabilizadores do exercício real do direito de acção judicial do seu representado judicial.

Parecer:

A CADA é de parecer que o advogado, Jorge Gueifão, comprovada a sua qualidade de procurador forense de Fernando Manuel Martins, tem direito de acesso directo, por qualquer dos meios previstos na LADA, às partes documentais do relatório médico de onde constem as informações enunciadas no pedido efectuado, ao Director do Centro de Saúde de Nisa no dia 28 de Maio de 1999.

Aprovado na sessão da CADA de 16 de Junho de 1999.

Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat